

Palestrantes abordam questões técnicas, dúvidas, desafios e benefícios do sistema para a sociedade

Na última quarta-feira (20) a Academia Nacional de Seguros e Previdência - ANSP realizou a palestra "Open Insurance - parte II". A live foi apresentada pelo Presidente João Marcelo dos Santos, e contou com a participação do professor, Diretor e PhD de Pesquisa de Inovação pelo departamento de Risk e Data Science na "University of Oslo", Acadêmico Reinaldo Marques, do Diretor Técnico da CNSEG, Alexandre Leal e do advogado e Vice-Presidente do Conselho Superior da ANSP, Acadêmico Antonio Penteado Mendonça.

Em suas considerações iniciais João Marcelo ressaltou que o Open Insurance é um movimento importante que está relacionado a crescente quantidade, qualidade e portabilidade de dados pessoais e de empresas. "É um tema da ordem do dia e a Susep tem feito um trabalho muito forte para avançar projeto, beneficiando-se do esforço já feito no caso do open banking brasileiro, o melhor do mundo", disse.

Marques trouxe um panorama sobre o tema, não apenas no Brasil, mas em todos os países onde ele se insere, além das implicações técnicas e contextualizações. O open insurance se insere dentro de um contexto maior que é o do open finance. "Por meio do open finance espera-se que tenhamos mais acesso aos serviços, uso de dados alternativos, linhas de créditos, seguros customizados, conveniência para troca e avaliação de serviços e produtos e revisão de taxas e rendimentos", explicou.

O palestrante falou também sobre uma questão de mercado que tem sido levantada em relação ao open insurance: como será o comportamento dos atores nesse novo cenário nessa nova realidade? Segundo ele, espera-se que os clientes vão na direção de marketplace de dados. Outro ponto é que o fato de os clientes poderem compartilhar dados não significa que eles farão. Sendo assim, se faz necessária uma proposta de valor clara, que mostre que isso é realmente um benefício para as pessoas.

O convidado comentou, ainda, uma pesquisa sobre a variação cultural entre os países que aderem a tecnologia. Dados revelam que países emergentes e a China são mais propensas ao compartilhamento de informações visando algum benefício. Falou sobre questões técnicas e esclareceu dúvidas sobre riscos, aumento da transparência e justiça atuarial, por meio de algoritmos. Na visão de Marques, a governança de dados, o fluxo de dados (APIs), a amplitude do compartilhamento e a robustez do sistema são os principais desafios.

"Quanto mais a gente digitaliza os processos, mas a gente amplia as possibilidades de riscos e ataques de todas as direções. Isso é inerente ao processo de digitalização", sinalizou Alexandre Leal, criticando a velocidade com que o open insurance vem sendo implementado. No que diz respeito a proteção do consumidor, o Diretor da CNSEG reforça que é preciso garantir o cumprimento das leis de proteção de dados e a clareza das informações para que o cliente perceba que está sendo beneficiado.

"A digitalização, não só no mercado de seguros, mas também no mundo, vai trazer vários desafios. É importante que os reguladores acompanhem isso bem de perto para evitar fraudes e anomalias", alertou o palestrante, acrescentando que seguradoras e insurtechs podem se beneficiar ampliando o portfólio de produtos e criando novos modelos de negócios, além de se especializar em nichos estratégicos. Em sua visão, os corretores têm um papel fundamental na orientação dos segurados. E para a sociedade como um todo, espera-se mais competitividade (oferta x preço) e preparação para o seguro digitais (demanda em proteção).

Para Alexandre Leal, a abertura de dados que foi potencializada pela lei de proteção de dados em diversos países é uma tendência que veio para ficar. "Nos preocupa muito essa velocidade com que se está imprimindo essa questão aqui no Brasil. O open insurance, como proposto pela Susep, não tem paralelo no mundo", pontuou. Lá fora, até por entender a complexidade do setor de seguros, a implementação ou a introdução do open insurance, dos produtos, dentro desse ambiente mais amplo do open finance, foi para o final da fila. "Aqui no Brasil, a penetração dos seguros é baixa, mas não há nenhuma evidência de que o open insurance vai ajudar a aumentar essa penetração", disse. O executivo observa que o corretor não aparece na resolução ou na circular da Susep, que ele não faz parte do sistema de seguros abertos. Segundo ele, essa questão de como engajar o corretor nesse novo ambiente não ocorreu aqui e várias outras discussões que estão ocorrendo lá fora para mitigar os riscos também não foram trazidas a pauta no Brasil.

Na opinião do executivo, um dos riscos é o fato do segurado não querer que suas informações sejam disponibilizadas nesse ambiente de open insurance. "Será que ele vai ter problema para contratar um seguro caso não autoriza o compartilhamento dos seus dados? Como o cliente que não quer suas informações circulando será entendido nesse novo mundo?", questionou.

Ele manifestou ainda outras preocupações, como por exemplo, a de acabar induzindo uma compra baseada simplesmente no preço dos produtos e a comoditização dos produtos de seguros. "É um desafio enorme implementar isso tudo em um cenário de grande investimento das empresas. Corremos o risco de cometer erros que já foram cometidos na implementação do open banking simplesmente porque não tivemos tempo de absorver a experiência do sistema aqui no Brasil", alertou.

Para o advogado Antonio Penteado Mendonça, o open insurance não existe, ele é a boa intenção da Susep. "É uma boa intenção que eu já coloco em dúvida de saída, pois a autarquia alega que a o objetivo do open insurance é desenvolver o mercado. Eu nunca vi a Susep ser criada e eu nunca a vi desenvolver o mercado. Pelo contrário, ela é um enorme âncora contra o desenvolvimento do setor", relatou.

O advogado questiona por que o Brasil seria bem-sucedido com a implantação do open insurance se não existe nenhum sistema parecido em nenhum lugar do mundo. Quanto a sociedade iniciadora de serviços de seguros, criada pela autarquia, Mendonça questiona sua natureza jurídica.

Na opinião de Penteado de Mendonça, "O open banking nada mais é do que a portabilidade do juro. Ele permite que o cliente do banco leve a sua operação, o seu juro - seja de empréstimo ou de investimento - para uma situação mais favorável para ele. Isso porque, com o open banking o cidadão passa a ter a possibilidade de acessar o sistema financeiro como um todo para encontrar a situação mais conveniente para ele". "Isso não vale para seguro, porque não existe fidelidade nesse mercado", frisou. "No momento em que o corretor pede para seguradora fazer a cotação do risco do segurado, ele passa para a companhia todas as informações que o open banking passa numa operação de crédito. O que não é necessário no open insurance, considerando que a seguradora já

tem bancos de dados robustos e com todas as informações necessárias para o funcionamento de suas operações".

Assista a live completa no canal da ANSP

<https://lnkd.in/dPE8kMd3>

Fonte: Oficina do Texto, em 26.10.2021